

ANEXO I

PROJETO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ESCOLA DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO E A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (NOVA DIREITO) PARA O ANO DE 2017

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O estudo dos mecanismos de direito comunitário e internacional em torno do tema da contratação pública revela possibilidades jurídicas importantes que podem tanto ser utilizadas para o desenvolvimento brasileiro. A experiência dos direitos nacionais na Europa, como o direito português, e do direito europeu em si, pouco conhecidos no Brasil, revela estratégias de políticas públicas de desenvolvimento, domínio de mercados e combate à corrupção.

Ademais, a contratação pública tem sido objeto de estudo e de modificação tanto na esfera nacional, quanto internacional, sobretudo, no âmbito do direito europeu. Isto ocorre tendo em vista o processo de internacionalização dos contratos públicos, que tem foco na maior eficiência da Administração Pública, com redução de gastos e responsabilização dos agentes públicos. Além disso, há uma preocupação mundial para o combate das práticas ilícitas na contratação pública, que geram um quadro de corrupção para o país, com o aumento da pobreza e de desigualdades, bem como, as necessidades sociais ficam estagnadas. Já para as empresas, há ausência de um mercado competitivo e por vezes cartelizado.

Tendo em conta que a contratação pública deve ser vista como um instrumento de política pública, para uma boa gestão administrativa, com o fim de satisfazer o interesse público, as necessidades das pessoas e o procedimento igualitário com as empresas, a fim de evitar desperdícios para os fundos públicos, deve-se estar atento as alterações normativas e jurisprudências que o direito português, decorrente do processo comunitário e internacional, pode oferecer de experiência para o ordenamento jurídico brasileiro.

2. OBJETO

O projeto firmado a partir do termo de cooperação técnica entre a Escola da AGU e a NOVA direito tem por objeto a promoção do conhecimento técnico-científico direcionados à capacitação dos servidores públicos federais e advogados da AGU, a partir do contexto interdisciplinar e comparado e das experiências técnicas aplicáveis ao contexto brasileiro.

3. OBJETIVOS

- a. Firmar o Termo de cooperação para um maior entrosamento entre a EAGU e a NOVA Direito, visando criar, estabelecer e dinamizar as redes de comunicação entre Brasil e Portugal, a fim de manter uma parceria para a capacitação por meio dos cursos oferecidos pela NOVA Direito.
- b. Realizar os procedimentos administrativos para a ativação dos cursos de curta duração providenciando a elaboração do programa científico e os serviços relativos à estadia dos cursistas. O referente científico de coordenação entre as Partes é o Prof. Dr. Francisco Pereira Coutinho, docente de Direito Constitucional e Europeu e Presidente da Associação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (JURISNOVA), o referente administrativo é a Sônia Rodrigues. A Universidade Nova de Lisboa conta ainda com os professores Matheus Passos Silva e Ruth Maria Pereira dos Santos, para o contato, para a colaboração e para a realização de procedimentos administrativos e financeiros para a ativação dos cursos realizados para a Escola da AGU.
- c. Estabelecer e/ou oferecer oportunidades para que os membros da AGU possam participar de grupos de pesquisa sobre o combate à corrupção e contratação pública;
- d. Realização de eventos científicos internacionais junto com a Escola da Advocacia Geral da União;
- e. Publicação de artigos apresentados pelos membros da AGU e aprovados pela NOVA Direito.

4. Cronograma Anual

Curso: Mecanismos de controle e combate à corrupção na Contratação Pública

Data: 23.10.2017 a 27.10.2017

Carga horária: 40 horas

- Aulas: 30 horas

- Visitas Técnicas: 10 horas

Publicação de e-book: 20.12.2017

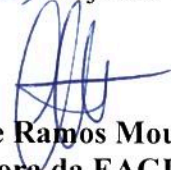
5. Considerações Finais

Para a abertura do curso é necessário o número mínimo de 15 (quinze) alunos e no máximo 30 (trinta).



Francisco Pereira Coutinho
Coordenador do Curso
Presidente da JURISNOVA

Lisboa, 23 de junho de 2017.



Chiara Michelle Ramos Moura da Silva
Diretora da EAGU

